



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 10/12/2008, às 15:45
196 / estagiário

MPV-449

00019

Data
10 / 12 / 2008

Proposição
Medida Provisória nº 449 de 2008

Autor
Gorete Pereira (PR-CE)

nº do prontuário
100

1. () Supressiva	2. Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
-------------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	(x) Parágrafo	(x) Inciso	alínea
--------	--------	---------------	------------	--------

TEXTO

Suprima-se os incisos I, II e III do § 2º e o § 4º do art. 2º e dê-se a seguinte redação ao art. 2º e ao § 2º do respectivo artigo:

Art.2º. Poderão ser pagos ou parcelados, nas condições deste artigo, a totalidade dos débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2008, decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI oriundos da aquisição de matérias primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota zero ou como não-tributados.

§1º

§ 2º Os débitos serão pagos em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 31 e parágrafo único da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, não inferior a:

- a) 0,3% (três décimos por cento), no caso de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;
- b) 0,6% (seis décimos por cento), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;
- c) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas decorrentes das atividades comerciais, industriais, médico-hospitalares, de transporte, de ensino e de construção civil;



- d) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), nos demais casos.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora propomos visa melhorar as condições de parcelamento para que as empresas possam aderir e de modo que o pactuado não inviabilize o processo de recuperação e de fortalecimento da atividade empresarial, exaurida em face da elevada carga tributária. Há o entendimento de diversos setores produtivos que a cobrança dos débitos baseada no faturamento contribui para que as empresas consigam honrar os compromissos.

PARLAMENTAR


Deputada Gorete Pereira

